

HABEAS CORPUS Nº 548.348 - RJ (2019/0355663-2)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : **FABIO CARLOS NASCIMENTO WANDERLEY**
ADVOGADO : **FÁBIO CARLOS NASCIMENTO WANDERLEY - RJ128739**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PACIENTE : **ALAN SILVA MORAES (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALAN SILVA MORAES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em que se denegou o *writ* de origem, com a seguinte ementa (fls. 27-28):

HABEAS CORPUS. ARTIGO 157, § 2º, II DO CP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL DECORRENTE DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECISUM, NECESSIDADE DA PRISÃO E EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL, OBJETIVANDO A REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA E, SUBSIDIARIAMENTE, A SUA SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ARTIGO 319 DO CPP. Informações prestadas, indicando a prisão em flagrante do paciente em 18/05/2019 e convertida em preventiva na audiência de custódia em 20/05/2019. Notícia ainda, o recebimento da denúncia e indeferimento do pedido de revogação da prisão em 21/08/2019. Por fim, informa o oferecimento de razões defensivas e a designação da AIJ para o dia 14/10/2019. Trata-se de crime gravíssimo, perpetrado contra a sociedade, com pena máxima de reclusão superior a quatro anos, descabendo a aplicação das medidas cautelares pelos mesmos motivos. Decisão devidamente fundamentada, ressaltando-se terem sido demonstrados elementos sólidos indicadores da existência material do crime e indícios de autoria. Presentes o "fumus comissi delicti" e o "periculum libertatis". Justificada e indispensável a manutenção da custódia como garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da Lei Penal. Noutro ponto, consoante o noticiado, não se vislumbra qualquer inércia por parte da autoridade, hábil a retardar o feito, cujo transcurso das etapas mostra-se regular e adequado. Excesso de prazo que somente é ilegal quando injustificado resultante da negligência, displicência ou erro do juízo de piso, o que não se observa "in casu". No caso vertente, a segregação cautelar mostra-se devidamente adequada e necessária para acautelar-se o meio social e a própria credibilidade da justiça, garantindo-se, assim, a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da Lei Penal, considerando ser a conduta imputada ao paciente capaz de gerar repercussão danosa no meio social, já tão atingido por fatos semelhantes, que causam grande indignação em toda a sociedade. No tocante ao exame das questões relativas à autoria e materialidade do delito, este confunde-se com o próprio mérito da ação penal, e inviável a sua análise e avaliação nos limites estreitos do "Habeas Corpus", que não comporta

o contraditório e a dilação probatória, devendo ser analisadas em momento oportuno, sob pena de se caracterizar supressão de instância. Por fim, as alegadas condições pessoais por si só não autorizam a revogação da prisão preventiva, quando presentes elementos que autorizem a segregação. Presentes os requisitos previstos no artigo 312 e 313, I do Código de Processo Penal. Ausência do alegado constrangimento ilegal. Ordem conhecida e denegada.

O paciente foi preso em flagrante, em 18/5/2019, pela prática do delito de roubo, tipificado no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, tendo sido convertida a prisão em preventiva, em 20/5/2019.

O impetrante requer, inclusive liminarmente, que seja concedida a liberdade provisória, sob as alegações de ausência de justa causa, falta dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas, condições pessoais favoráveis e excesso de prazo na instrução processual.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva foi assim fundamentado (fl. 195-196):

[...] No presente caso, atesta-se a presença do *fumus comissi delicti* pela prisão em flagrante dos custodiados na posse da coisa roubada, duas carteiras de identidade e um aparelho celular, bem como, um simulacro de arma de fogo.

O *periculum libertatis*, definido como o risco provocado pela manutenção do custodiado em liberdade, está igualmente presente: trata-se de crime grave, o qual enseja um ambiente preocupante à paz social desta comarca. Consta do auto de prisão em flagrante que policiais militares estavam em patrulhamento pelo bairro Wona, em Belford Roxo, quando um motociclista lhes informou que três indivíduos estariam em um veículo GM Monza, praticando roubos na região conhecida como Três Setas. Os agentes saíram em busca do veículo e o localizaram na Estrada São Bernardo, tendo realizado a abordagem. Durante a revista ao veículo foram localizados documentos pertencentes a diversas pessoas, bem como, um telefone celular. Na oportunidade, os próprios custodiados confessaram que praticaram roubos pela localidade e que os bens encontrados pertenciam às vítimas.

Em que pese ter sido empregado simulacro de arma de fogo nas práticas, isso incrementou o temor das vítimas que não seriam capazes, naquele

contexto, de diferenciar um simulacro de uma arma de fogo, o que foi determinante para que a vítima fosse mantida subjugada, o que torna mais gravosa a conduta.

Ademais, a superioridade numérica não apenas facilita como garante o sucesso da empreitada criminoso, fato que não foi ignorado pelo legislador, que tornou mais gravosa tal conduta.

Destaque-se que o custodiado Jonatha já ostenta condenação por crime de roubo em sua folha de antecedentes e aqui se encontra novamente pela prática de novo crime de roubo.

Nesse sentido, sua reincidência específica não apenas autoriza como torna necessária a sua custódia cautelar para evitar a reiteração delitiva.

Por sua vez, o custodiado João responde a responde por roubo, foi submetido à audiência de custódia em 11/05/2017, mas o processo encontra-se suspenso pelo artigo 366 do CPP, de forma que há o risco concreto de futura aplicação da lei penal. Isso porque, uma vez submetido à audiência de custódia com o compromisso de comparecer em juízo, o custodiado não o fez, descumprindo o compromisso prestado. Além disso, tal postura demonstra que as medidas cautelares não são suficientes e o seu reiterado envolvimento com o aparato judicial e policial torna necessária a sua custódia cautelar para evitar a reiteração delitiva.

Por fim, destaco que não restaram comprovados residência fixa e atividade laborativa lícita e que a primariedade, por si só, não confere o direito à liberdade.

No presente caso, a determinação de medida cautelar diversa da prisão, conforme art. 319 não seria adequada ou suficiente para a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal pelas razões acima expostas.

Por esses fundamentos. INDEFIRO A LIBERDADE PROVISÓRIA REQUERIDA e CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA, com base no art. 312, caput, do CPP, uma vez que a prisão cautelar é necessária para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

A decisão de indeferimento do pedido de liberdade provisória foi proferida nos seguintes termos (fl. 349):

Da análise dos autos, verifica-se que os argumentos expendidos por ocasião da realização da Audiência de Custódia permanecem inalterados, vez que não ocorreu nenhuma modificação no quadro fático que ensejou a decretação da medida cautelar extrema.

A necessidade da segregação cautelar foi, em que pese sucintamente, devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade concreta do crime em tese praticado e da periculosidade do agente, caracterizada pelo modus operandi empregado.

Não se pode olvidar que o próprio Alan, segundo consta da exordial, teria admitido que ele os corréus teriam praticado roubos e que os objetos encontrados pertenceriam às vítimas (Luiz Henrique e Adriana), o que, à toda

evidência, reforça a necessidade de cautela por parte do julgador.

Ademais, verifica-se a necessidade da manutenção da prisão, principalmente, para preservação da fonte testemunhal vez que, à toda evidência, as vítimas (incluindo a ofendida Adriana) devem prestar seus depoimentos sem se sentirem constrangidas e em um ambiente que favoreça a apuração dos fatos.

Como se vê, o decreto prisional foi fundamentado com base na gravidade concreta do crime, evidenciada nas circunstâncias fáticas, destacando-se que *Em que pese ter sido empregado simulacro de arma de fogo nas práticas, isso incrementou o temor das vítimas que não seriam capazes, naquele contexto, de diferenciar um simulacro de uma arma de fogo, o que foi determinante para que a vítima fosse mantida subjugada, o que torna mais gravosa a conduta. Ademais, a superioridade numérica não apenas facilita como garante o sucesso da empreitada criminosa, fato que não foi ignorado pelo legislador, que tornou mais gravosa tal conduta* (fl. 195).

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz

Superior Tribunal de Justiça

necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator